



DOURO 2030

UMA ESTRATÉGIA PARA UMA
DÉCADA

Douro
Comunidade Intermunicipal





Índice

Enquadramento Europeu.....	4
Portugal e a política de coesão para a década de 2020/2030	7
O Douro, o território, o futuro.....	11
Uma estratégia para o território da CIM Douro.....	15
Conclusão.....	28



“Corre, caudal sagrado,
Na dura gratidão dos homens e dos montes!
Vem de longe e vai longe a tua inquietação
Corre, magoado,
De cachão em cachão,
A refractar olímpicos socalcos
De doçura
Quente.
E deixa na paisagem calcinada
A imagem desenhada
Dum verso de frescura
Penitente.”

Miguel Torga, 1968

Enquadramento europeu

A Comissão Europeia manifestou no final do ano passado a intenção de chegar a um acordo com os diversos Estados Membros da União Europeia quanto ao próximo Quadro Financeiro Plurianual – que estabelece os limites para os orçamentos gerais anuais da EU – 2020/2027, antes das eleições europeias de 2019, sendo do conhecimento público que está a analisar uma série de diferentes cenários de redução do orçamento para a política de coesão pós 2020, e vai submeter uma proposta à apreciação do Conselho e do Parlamento Europeu em maio próximo.

Esta intenção da Comissão cria um calendário ambicioso que obriga todos os Estados Membros e todas as Regiões da União Europeia a participar ativamente neste processo negocial.

Neste período de debate e de posicionamento institucional acerca da duração e do futuro dos fundos de coesão europeus para o período pós-2020, a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO), com a sua experiência e papel importante na mobilização pública dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, particularmente na implementação do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Douro, não poderia, obviamente, ficar de braços cruzados.

A política de coesão é uma parte crucial da integração europeia, na medida em que ajuda a reduzir as disparidades ao nível da riqueza e incentiva o desenvolvimento entre os territórios europeus. Embora as discussões em torno do futuro da política de coesão pós-2020 se comprometam com a perspetiva de um orçamento reduzido pela falta de contribuição financeira do Reino Unido, esta política não deverá ser utilizada como uma variável de controlo.

Neste contexto, as entidades intermunicipais devem mobilizar-se para manterem uma verdadeira política de coesão, forte e ambiciosa, tendo em consideração as especificidades dos territórios e com uma melhor governação.

À medida que a política de coesão fornece aos cidadãos europeus benefícios inquestionáveis, é fundamental que continue a produzir um efeito em todas as regiões, com programas regionais e estratégias que tenham ativamente em conta todos os contextos socioculturais e territoriais existentes. Além disso, a sua continuidade pós-2020 deve levar à resolução das atuais questões pendentes: complexidade excessiva das regras de acesso aos fundos e dificuldade em responder rapidamente às necessidades emergentes; consideração insuficiente da diversidade dos territórios e

das respetivas circunstâncias específicas; e a presença de regras uniformes que tendem a aumentar a disparidade ao nível local.

Será também necessário ir além de uma visão que ainda é demasiado focada em segmentos, a fim de simplificar drasticamente o quadro regulamentar e permitir uma maior flexibilidade nos programas, tal como o preconizado pelo Conselho da União Europeia, que na sua última reunião (no passado dia 12 de abril) reiterou que “simplificar as regras é fundamental para a implementação atempada dos FEEI e para obter mais e melhores resultados desta política, aumentando por conseguinte a sua visibilidade”, considerando ainda “que se deverá simplificar tanto a nível da UE como a nível nacional”.

Além disso, o sistema de execução da política de coesão pós-2020 deverá, tal como considera o Conselho Europeu, “assentar firmemente nos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade”, devendo, pois, envolver o nível local em maior medida do que até agora, não só para a consulta ou a seleção dos projetos de financiamento, mas especialmente na escolha das prioridades de investimento.

Neste sentido a CIMDOURO acompanha a posição do Conselho que considera “que a abordagem integrada constitui um elemento essencial dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)” e que, no período pós-2020, “se deverão manter os instrumentos territoriais do período de 2014-2020, como os investimentos territoriais integrados (ITI)”. De facto, a investigação recente constata que, desde o início da crise económica em 2007, as disparidades entre as regiões urbanas e rurais voltaram a aumentar de modo manifestamente mais desproporcional do que as disparidades entre países. Nestas, em particular, a tendência de diminuição da população só pode ser revertida proporcionando melhores condições aos respetivos habitantes e empresas, permitindo-lhes contribuírem, como desejam e exigem, para o todo.

A futura política de coesão deve, pois, continuar a apoiar as autarquias locais, a fim de melhorar o desenvolvimento e o potencial dos seus territórios, através de medidas adaptadas à situação socioeconómica das diversas zonas territoriais. Deve basear-se num sistema de execução mais simples e, mais intensamente que nunca, no princípio da subsidiariedade e na verdadeira parceria entre poder central e o poder local, para garantir a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável e o objetivo último de coesão económica, social e territorial.



Portugal e a política de coesão para a década de 2020/2030

Refletir sobre a estratégia para o Portugal pós 2020 é fundamental para o País. Portugal, e a continuidade do seu desenvolvimento, depende extraordinariamente da forma como formos capazes, região a região, de programarmos o próximo período de fundos da União Europeia, que terá de estar subordinado ao plano global que venha a ser desenhado para o País.

Tendo presente que Portugal tem conseguido, regra geral de forma correta, absorver os apoios comunitários e que os mesmos têm sido decisivos para a política de coesão, é inegável a evolução verificada, as alterações estruturais ocorridas, o desenvolvimento económico, a qualificação das pessoas e o melhoramento da rede de equipamentos e dos serviços no território nacional.

Contudo, o País não soube crescer de forma homogénea, restando uma clivagem enorme entre litoral e interior, em que Lisboa e Vale do Tejo e o Norte Litoral representam juntos mais de 60% do PIB nacional. Esta realidade remete, de forma imediata, para a urgência de um processo de convergência interna das regiões menos desenvolvidas.

Importa estancar este desenvolvimento a duas velocidades do país, criando as condições para que os territórios do interior potenciem os seus fatores de competitividade e contribuam para um crescimento mais sustentável, inclusivo e coeso do território nacional.

Se há fatores externos a Portugal que concorreram para que esta situação de crescimento a várias velocidades se verificasse, como a liberalização do comércio mundial, o alargamento aos países de Leste e a concorrência vinda desses países, certo é que internamente o País não soube por cobro às disfunções estruturais em setores chave como a justiça, a educação ou a saúde; o tecido empresarial permaneceu frágil ao nível da gestão e apenas nos últimos anos se começou a virar para a inovação e internacionalização; a qualificação do trabalho e da produção, sendo essencial para ganhar competitividade, é pouco percebida e, por isso, o modelo económico nacional permanece débil; a dívida pública nacional e a incerteza são ameaças externas para a estabilidade das empresas, das pessoas e abalam o crescimento estruturado do País.

Nesse sentido, a CIM Douro, que engloba 19 municípios, onde reside uma população de cerca de 200 mil pessoas, é uma região que, dada a sua diversidade, recursos e potencial encara o próximo período de programação dos fundos da União Europeia, o Portugal 2030, como a oportunidade para

garantir competitividade e coesão. Pretende-se que a região ganhe a escala e os meios indispensáveis para encarar a competitividade externa, pese embora permaneça num território do interior.

Visando como estratégica a orientação para o mercado ibérico, em primeiro plano, assente no planeamento integrado e cooperação transfronteiriça, a CIM Douro pretende alavancar-se na potenciação e exploração sustentável dos recursos endógenos e, com ela, diversificar a sua base económica, criando sinergias regionais que garantam o desenvolvimento homogéneo de todos os concelhos.

Criar sustentabilidade e coesão, mesmo sendo um território de baixa densidade, é possível se a CIM Douro vir enquadrados no Portugal 2030 os apoios fundamentais ao seu crescimento económico e ao fomento de emprego em torno do aproveitamento dos seus recursos e potencial endógeno; se vir possibilitada a sua capacidade de diversificar a base económica (assente na agricultura, mas tendendo a associar o turismo, a atividade empresarial e as universidades, por exemplo); se a aposta no desenvolvimento rural for entendida como estratégica, visando ser competitiva, criando produtos de referência, marcas próprias, referenciais da região que, pela qualidade e diferenciação, reúnam as condições para a exportação; e se for assumido como vital o funcionamento em rede de toda a região, onde a estrutura viária e ferroviária sejam eficazes e adaptadas à realidade, os serviços coletivos como a educação, a saúde, a cultura, e o apoio à economia e emprego forem geridos de forma a tornarem mais coesa e mais planeada a região, concorrendo para a desburocratização, a mobilidade, o ambiente a redução de custos do trabalho e da produção em territórios de baixa densidade, como é o caso dos concelhos da CIM Douro.

Entendemos ainda que todo este processo de convergência e coesão da CIM Douro deve ser acompanhado das condições para que aumentemos a nossa competitividade por via da Inovação e do Conhecimento.

O Douro confirma-se e afirma-se, aliás, como um dos grandes potenciais turísticos nacionais, acolhendo anualmente centenas de milhar de turistas de todo o mundo. Nesse sentido, tem de estar preparado para assegurar aos seus empresários a competitividade e as bases científicas e tecnológicas que lhes permitam fazer parte da estratégia sustentada na inovação que Portugal defende.

Num território como o da CIM Douro, internacionalizar só será possível como inovação empresarial. Com *start-ups* e enorme sentido empresarial, funcionamento em rede e complementaridade; com a capacidade para criar especialização em áreas com procura emergente, como o turismo tem

revelado, e que acabam por criar oportunidades na indústria e nos serviços; com a região a ganhar consciência de que deve estar preparada para integrar cadeias internacionais em segmentos de grande valor acrescentado, facto visível na agricultura e, como maior projeção, no turismo e potenciação dos produtos do setor agroalimentar, como o vinho (DOC Porto, DOC Douro e espumantes), o azeite, a fruta – maçã e castanha – e frutos secos e ao facto de a mais antiga região vinhateira demarcada e regulamentada do mundo integrar NUT III Douro.

O papel das universidades, em particular da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Instituto Politécnico de Viseu (através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego) e do Instituto Politécnico de Bragança, bem como das escolas profissionais do território da CIM Douro, na concretização deste projeto de internacionalizar a região é fundamental. Desde logo porque são instituições detentoras do conhecimento e da base científica, operando em várias áreas estruturais para o desenvolvimento regional. O estabelecimento e execução de programas de desenvolvimento de Investigação e Desenvolvimento em áreas estratégicas da CIM e o desenvolvimento de novos processos de colaboração entre a ciência e as empresas regionais são desafios que a região tem de encarar e ver reconhecidas no Portugal 2030.

Num quadro de transferência do conhecimento para a economia deverão desempenhar um papel relevante as associações empresariais e de desenvolvimento, de natureza genérica ou setorial.

Convergindo com a estratégia para Portugal e respetiva política de coesão, a CIM Douro visa garantir para o seu território a competitividade que lhe permita olhar para os mercados externos como desafio de futuro.

Pretende-se, pois, conseguir um território mais competitivo, assente na inovação, no conhecimento e na verdadeira transformação digital; um território sustentado por uma correta reabilitação urbana, por políticas de coesão que promovam emprego qualificado e a dinamização económica; e um território assente em redes de serviços mais económicos, funcionais, homogéneos e que liguem a região aos grandes centros, aos portos e aeroportos e às fronteiras internas.

Deseja-se que, nesta derradeira oportunidade para desenharmos o futuro do nosso País, e concretamente da região CIM Douro, consigamos potenciar os nossos recursos, as nossas empresas, diversificar a base económica em que assenta a nossa economia, tornar o mundo rural desenvolvido e competitivo e abandonar de vez o estigma de território de baixa densidade.



O Douro, o território, o futuro

Os territórios periféricos e de baixa densidade, ou do interior, devem ter a oportunidade de, isoladamente, granjear um conjunto de investimentos de grande relevância, estruturantes e determinantes para encontrarem a convergência económica que tanto almejam.

Deve o Governo proceder de igual forma na Região Norte, tal como procedeu na Região de Lisboa, ou seja, redefinir a estratégia das NUTS dos 86 municípios por forma a impedir que haja “equipas de duas ligas”, impedindo fraturas em termos de distribuição das verbas comunitárias e o acentuar do fosso da desigualdade entre territórios.

O Douro não é uma região diminuída ou de menor importância para o País, o Douro é uma região de grande riqueza que potencia e gera um grande contributo económico nacional. O turismo, o vinho, todo o setor primário, a gastronomia, o agroalimentar, a produção de energia e o setor terciário cada vez mais musculado, são hoje características essenciais, únicas e de excelência, para continuarmos a afirmar este território como uma região fortemente apetecível e inequivocamente estratégica.

Também no domínio cultural, o Douro se distingue com um rico Património Cultural, com 2 Sítios classificados pela UNESCO Patrimónios da Humanidade – o Alto Douro Vinhateiro e o Parque Arqueológico do Vale do Côa. Algo de semelhante acontece no que respeita a Sítios de valor ambiental, como é o caso do Parque Natural do Alvão, o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural do Vale do Tua e vários sítios que integram a Rede Natura 2000. São, num caso e noutro, elementos distintivos a merecer destaque, numa época em que o Turismo Cultural e da Natureza ganham especial relevância na procura turística.

Importa, pois, dotar este território de uma infraestrutura aeroportuária que lhe permita acolher o fluxo turístico crescente que a região tem vindo a atrair, permitindo a entrada direta de turistas na região em aeronaves de pequena e média dimensão e complementando a oferta aeroportuária da região Norte, particularmente no setor logístico aeroportuário.

Carecemos igualmente de uma rede viária adequada às necessidades crescentes com ligações estratégicas aos principais eixos de ligação, para promovermos a Internacionalização do território, que terá sentido real através da valorização dos nossos produtos endógenos, recursos naturais, agrícolas, etc., e da afirmação do turismo como elemento determinante para a economia da região.

Carecemos de concretizar as ligações rodoviárias fundamentais para alguns concelhos do Douro que ficaram de fora do forte investimento público em infraestruturas de mobilidade realizado nos últimos trinta anos.

Constitui esta oportunidade e este quadro que se avizinha, uma possibilidade histórica, talvez a última em várias décadas, para reparar uma objetiva injustiça e trazer para um outro paradigma uma economia com elevado potencial nas áreas agrícola e turística. Os recursos atuais e os potenciais, decorrentes de um desenvolvimento económico sólido, representariam a médio/longo prazo a certeza de um retorno para a economia regional e do país evidentes. O efeito multiplicador de uma decisão desta natureza traria um desenvolvimento sem precedentes localmente e mesmo na sub-região, dada a importância relativa destes concelhos no contexto regional. Esta matéria é absolutamente prioritária na medida em que mesmo a questão da saúde e da justiça veriam minoradas em larga escala os constrangimentos e dificuldades que a inexistência ou funcionamento parcial dessas valências e serviços atualmente causam nos utentes.

Por outro lado, e para assegurar a qualidade e a valorização dos nossos produtos agrícolas, carecermos da construção de barragens e regadios, nalguns casos já devidamente projetadas, planificadas, candidatas e a aguardar financiamento há muitos anos. As alterações climáticas, designadamente os períodos de seca, devem começar hoje a ser solucionados, através da criação de reservatórios (represas) de água, sob pena de colocarmos em causa todo o desenvolvimento e investimentos agrícolas desta região.

É ainda fundamental acautelarmos a criação e ampliação de espaços de acolhimento empresarial como forma de darmos resposta ao dinamismo regional e permitir a concertação e ganho de escala que garanta competitividade e desenvolvimento local e territorial.

Devemos reiterar também que a infraestruturização ferroviária deste território, com a reposição da ligação ferroviária entre Pocinho/fronteira de Barca d'Alva/arredores de Salamanca é um projeto estruturante e fundamental para o Douro, que não pode ser dissociado da eletrificação da linha do Douro até à cidade do Peso da Régua, em todo o percurso, e a ligação ferroviária a Vila Real, principal cidade deste território do Douro e de todo o norte interior.

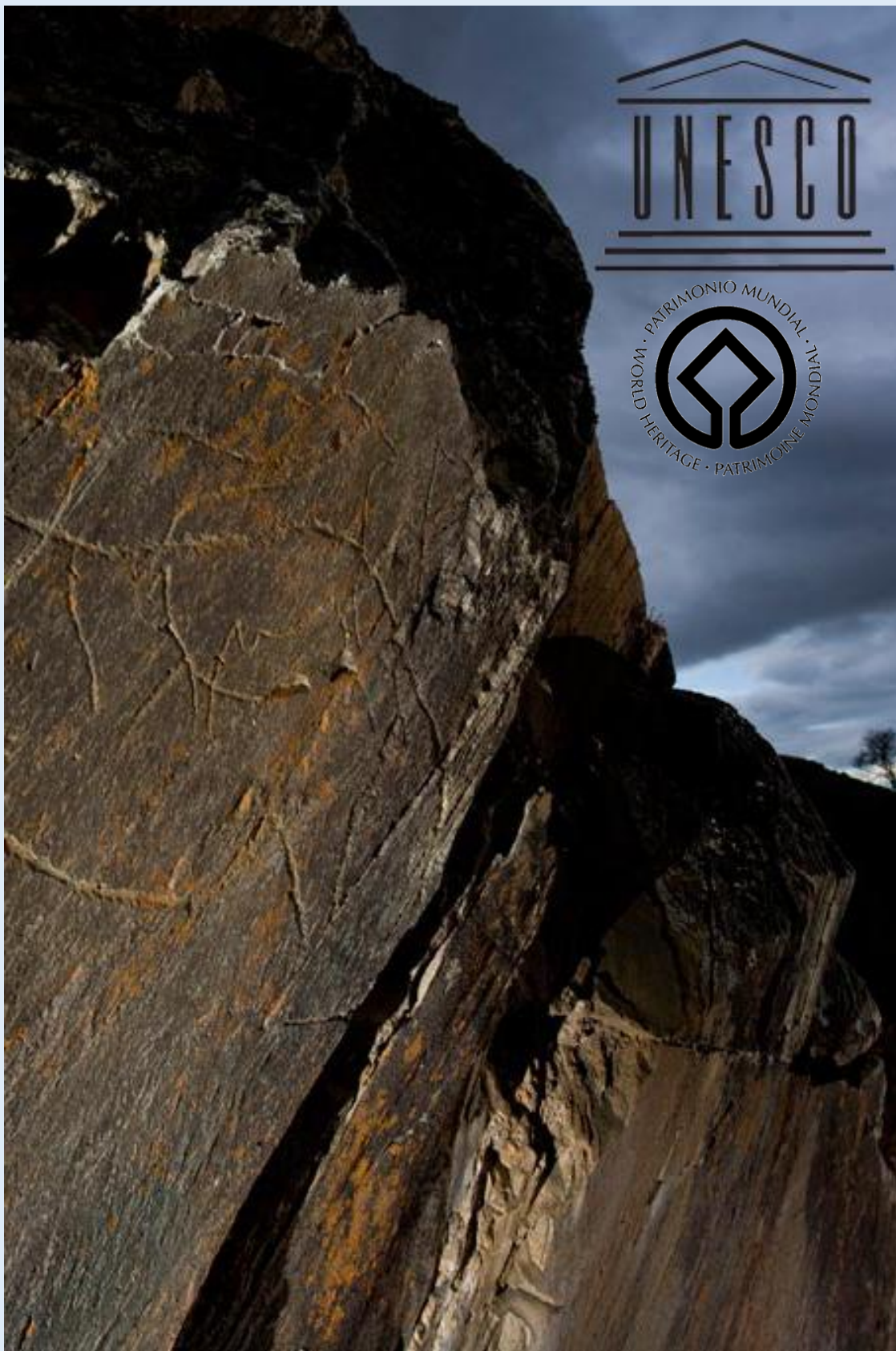
O projeto *Douro's Inland Waterway 2020*, que não teve acolhimento no atual período de programação, deve, imperiosamente, pelo seu significado e mais-valia, ser retomado no próximo, pois trata-se um projeto de valorização da Via Navegável do Douro, que permitirá potenciar o transporte de mercadorias e possibilitará que o rio seja utilizado 24 horas por dia, cotando-o como uma via segura e ao nível das melhores autoestradas fluviais da Europa.

Deve renovar-se o apoio às culturas permanentes tradicionais do Douro Vinhateiro e aos seus produtos endógenos e produções autóctones. Como? De imediato no próximo PDR - Programa de Desenvolvimento Rural (que integrará o Portugal 2030) é fundamental reforçar-se este apoio, aliás previsto no atual PDR. Atualmente, esta ação destina-se a apoiar os agricultores que assegurem a manutenção de sistemas tradicionais de culturas permanentes em áreas geográficas delimitadas, prevendo-se um apoio à manutenção dos muros de pedra posta no Douro Vinhateiro, respondendo à necessidade de preservar o efeito positivo que os mesmos têm na biodiversidade, nomeadamente enquanto local de refúgio e de alimentação para a fauna bravia local e preservação da paisagem característica do Douro, que conduziu à sua inscrição na Lista do Património Mundial em 2001.

Impõe-se ainda dotar o PDR de mais verbas para garantir o apoio às produções e produtos autóctones, como são a raça Maronesa, ao estabelecimento de um programa de fomento florestal que aproveite as potencialidades do território e que complemente as suas atividades produtivas, ao combate às pragas que afetam culturas estratégicas e de sustentabilidade da região, como por exemplo vespa da galha do castanheiro a vespa velutina (Vespa Asiática).

Porém, não se esgota aqui a especificidade das medidas indispensáveis.

Entendemos fundamental promover intensamente a investigação, pelo reforço das verbas, e a experimentação em estreita ligação com as empresas, sobretudo nas áreas agrícola, florestal e do turismo, em relação ao ensino superior de consabidas provas dadas nestas matérias.



Uma estratégia para o território da CIM Douro

A principal ambição para a região do Douro deve ser a de consolidar uma cooperação estratégica entre os múltiplos atores locais e regionais que permita transformá-la numa região ganhadora, coesa e inclusiva, sustentável e eficiente, empreendedora e inovadora, reconhecida pela sua atratividade e pela sua qualidade de vida.

Para concretizar esta ambição, importa:

Afirmar o Douro como Placa Giratória do Interior Norte no âmbito da Macrorregião do Sudoeste Europeu, tirando partido do seu potencial e posicionamento geoestratégico.

Afirmar o Douro como um Pólo de Inovação e Competitividade, assente numa estratégia de especialização inteligente da base económica regional que valorize ativos e competências territoriais e crie e fixe valor e emprego qualificado.

Afirmar o Douro como um Território Ambientalmente Sustentável e Socialmente Inclusivo, comprometido com uma utilização eficiente dos recursos, a melhoria contínua da qualidade de vida das populações e o reforço da coesão social.

Afirmar o Douro como um Território em Rede, suportado em parcerias institucionais alargadas e práticas consistentes de cooperação intersectorial que promovam as lógicas de eficiência coletiva e garantam uma boa governança territorial.

UM TERRITÓRIO INTERLIGADO E CONECTADO/ATRATIVO E INTERNACIONALIZADO

DESAFIOS TERRITORIAIS

O Douro tem de reafirmar o seu posicionamento geoestratégico no contexto nacional e ibérico, o nível (elevado) de acessibilidade externa e a (forte) capacidade de polarização funcional, urbana e territorial, promovendo uma maior inserção no sistema urbano macrorregional, reforçando a atratividade dos centros urbanos e da região e a internacionalização dos seus agentes e atividades e contribuindo para o incremento da sua massa crítica institucional, demográfica e empresarial.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Afirmar o Douro como Placa Giratória do Interior Norte no âmbito da Macrorregião do Sudoeste Europeu, tirando partido do seu potencial e posicionamento geoestratégico.

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO E LINHAS ESTRATÉGICAS

Um território interligado e conectado

➤ Rede viária principal fundamental

A região do Douro, envolvida pela A24 a oeste, pela A4 e IC5 a norte e pelo IP2 a leste, necessita urgentemente do IC26 a sul, para fecho da rede e da conclusão do IP2 para garantir a conectividade externa.

✚ Construção do IC26: A construção do itinerário complementar IC 26, com ligação à A25 e ao IP2 através de Trancoso, e à A24 a norte, é fundamental para o desenvolvimento económico e social de toda esta vasta região. Aproxima os concelhos e facilita a mobilidade de pessoas e mercadorias. O IC26 é, pela sua posição geográfica e impacto económico, um corredor que garantirá coesão territorial e social, mas também melhores cuidados de saúde e melhores serviços, por exemplo ao nível da saúde, aproximando as populações dos serviços de urgência básica e dos centros hospitalares. O IC26 é imprescindível para que os municípios de todo o território da CIM Douro ganhem um novo corredor de ligação à fronteira, em particular por via da A25, em Trancoso, por onde podem transportar os produtos quer em direção a Espanha quer ao litoral, concretamente a Aveiro, com os benefícios de estrategicamente o porto de Aveiro pretender (de acordo com o seu Plano Estratégico) alargar a sua área de ação ao interior do País por intermédio do IP5/A25.

✚ Conclusão do IP2 - Junqueira Pocinho: O IP2 é já um corredor estruturante para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, pois desencrava uma série de concelhos que durante muito tempo estiveram mal servidos de rodovias, tornando mais rápida a ligação entre eles, bem como ao litoral do país e ao nosso país vizinho. Todavia, o IP2 permanece incompleto. Encontrando-se por executar o troço entre Junqueira e Pocinho, que não foi incluído na subconcessão, estando ainda a ser estudada a melhor solução para uma extensão de cerca de 17 quilómetros. O território não pode ser penalizado e esperar mais 30 anos para concluir tal ligação que devido a impeditivos de ordem diversa, embora com razões ambientais à cabeça, têm condicionado o fecho do projeto. A falta deste troço, que implica a construção

de novas pontes sobre os rios Sabor (Foz do Sabor) e Douro, obriga o tráfego que circula entre os distritos de Bragança e Guarda a percorrer a EN 102 e a atravessar o rio Douro pela barragem do Pocinho sem as condições de segurança rodoviária exigidas num país do séc. XXI. Mais e melhores comunicações para o coração da Península Ibérica devem constituir prioridades dos concelhos raianos, que representam as populações de Portugal e Espanha num sentimento comum, pelo que o território continua a assumir a conclusão do IP2 como uma importância estratégica para a economia nacional e para a conectividade internacional.

➤ **Rede de mobilidade viária interna fundamental**

No que concerne ao caso específico do Douro Sul, e com impacto no desenvolvimento económico da sub-região, é absolutamente prioritária, estruturante, e nesta medida inegociável, uma intervenção de fundo nas acessibilidades.

A EN 222, desde Bateiras a São João da Pesqueira, como principal via de ligação entre municípios, tem de ser urgentemente requalificada, pois por ali circulam milhões de litros de vinho produzido no maior concelho vinhateiro e é de reconhecida importância na promoção turística regional. Esta região, fruto de circunstâncias várias, acabou por ficar de fora do programa de beneficiação das acessibilidades que em termos gerais ocorreu no país. Revela-se, pois, essa não intervenção como determinante no isolamento que estes concelhos vivem, e constitui, sem sombra de dúvida, o principal fator condicionante de um desenvolvimento económico mais robusto e rápido.

Não é possível um Douro coeso e desenvolvido sem a eliminação dos estrangulamentos existentes nas ligações das sedes de concelho, bem como dos parques empresariais, à rede principal atrás referida. Nesses termos, e em particular, torna-se vital resolver as ligações de Tabuaço, Armamar à A24 e São João da Pesqueira à A24 ou A4.

Relativamente às acessibilidades referência ainda para a necessidade de ser retomada a ER 226-2, que permitirá a ligação entre o nó de Valdigem, a A24, aos concelhos anteriormente mencionados.

➤ **Infraestruturação Ferroviária do território do Douro**

Torna-se fundamental para o Douro uma rede ferroviária de transportes e infraestruturas, totalmente integrada na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE -T), como uma vantagem competitiva do País no sector do turismo e das empresas, ao serviço do crescimento económico e da criação de emprego.

Importa, neste contexto, referir e destacar a importância da reabilitação e eletrificação de toda a linha ferroviária do Douro até à cidade do Peso da Régua, para o cumprimento de três desígnios

nacionais: (a) contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego; (b) assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses; (c) promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país e a sustentabilidade ambiental. Importa, também, estudar a viabilidade da sua ligação a Espanha, com a reposição da ligação entre Pocinho / Barca d'Alva / Salamanca.

Importa ainda restabelecer a ligação ferroviária à principal cidade da região – Vila Real –, como principal polo dinamizador e cidade universitária regional.

➤ **Via navegável**

✚ Retomar o projeto *Douro's Inland Waterway*, projeto de valorização da Via Navegável do Douro;

✚ Conclusão da regularização e aprofundamento do canal Navegável do Douro.

➤ **Infraestruturas Aeroportuárias**

✚ Ampliação e Beneficiação do Aeródromo Municipal de Vila Real: O potencial turístico do Douro, o contínuo crescimento dos fluxos turísticos que têm este território como destino, a crescente procura por parte de operadores internacionais, exige que esta região potencie as suas infraestruturas para o acolhimento desta crescente demanda, pelo que a beneficiação e ampliação da pista do aeródromo de Vila Real, dos atuais 800 metros para 1200 metros e a criação de uma plataforma para o estacionamento temporário de aeronaves, permitirá que estes fluxos turísticos tenham na própria região o seu local de acolhimento.

Associado a esta atividade turística, também a atividade logística aeroportuária, complementar às estruturas aeroportuárias da região Norte, permitirá que esta infraestrutura aeroportuária ganhe uma dimensão que a transforme num polo de dinamização económica regional que complemente e potencie toda a atividade socioeconómica regional.

➤ **Acessibilidade digital**

Garantia de acessibilidade digital de qualidade e que cubra integralmente a região, como condição necessária para a competitividade do Douro.

➤ **Mobilidade rural e de lazer**

- ✚ Criação da Ecovia do Corgo ligando a cidade de Vila Real ao Peso da Régua através do canal ferroviário Chaves – Vila Real – Peso da Régua, desde o limite norte do concelho de Vila Real.
- ✚ Definição de um sistema de transporte a pedido para as zonas rurais (Portugal porta-a-porta).

Um território atrativo e internacionalizado

- Criação de uma rede de Miradouros que possa transportar os visitantes para locais de pura contemplação e navegação da natureza, dando a conhecer o riquíssimo património natural de que o território é detentor.
- Programa de apoio e promoção conjunta dos produtos DOP e IG do Douro (azeite - em formação, amêndoa, castanha, vinagre e outros a criar) em articulação com os vinhos do Porto, Douro e Távora-Varosa.
- Instalação de uma delegação da AICEP no Douro.
- Desenvolvimento de um programa de atração e acolhimento empresarial.
- Elaboração do Plano de Comunicação e Marketing Territorial DOURO.
- Criação e Gestão da Marca Territorial DOURO (*place branding*).
- Programa de Promoção dos Recursos e Produtos Territoriais DOURO.
- Programação integrada de animação cultural e de eventos de projeção regional, nacional e internacional.
- Integrar projetos de recuperação/requalificação das margens ribeirinhas dos afluentes do Douro que representam um potencial único a nível do Turismo de natureza, o que, a concretizar-se, será mais um sector capaz de atrair grupos turísticos que cada vez mais procuram este tipo de experiência, contrariando assim a sazonalidade do Turismo fluvial e a baixa taxa de permanência.
- Assumir dentro da área de Património Mundial a possibilidade de requalificação de estradas/caminhos agrícolas que permitam a criação de rotas de visitação turísticas, servindo os

investimentos que têm vindo a ser levados a cabo, ao longo dos anos, bem como para potenciar o aparecimento de mais projetos.

- Ligação estratégica do Douro aos Lagos do Sabor e ao Parque Natural do Tua: mais que um exercício de cooperação, trata-se de ganhar dimensão conjuntamente por forma a criar sinergias a partir das intervenções municipais individualizadas já trabalhadas, disciplinando os fluxos de visitantes atraídos pela marca Douro para a nova realidade dos lagos do Sabor e do Parque Natural do Tua, potenciando a sua preservação e sustentabilidade.

Trata-se de um projeto singular em toda a região Norte e mesmo no país, diferenciando-se pelo facto de corresponder a uma área significativa onde ocorreu uma profunda alteração da paisagem, de grande impacto ambiental e socioeconómico, estruturante a nível sub-regional e que importa potenciar para o desenvolvimento do território.

Com efeito, a criação dos Lagos artificiais no Sabor, em resultado da nova albufeira, veio alterar a forma como a atividade humana se relaciona com o território, colocando novos desafios à preservação ambiental e transferindo o potencial económico da zona inundada e protegida do Sector Primário para o Terciário com os serviços de preservação, educação ambiental e turismo de baixo impacto na primeira linha das novas oportunidades.

Numa lógica de aproveitamento de infraestruturas históricas regionais e capacidade de as mesmas serem reconvertidas para valências de grande relevância regional, torna-se fundamental, no âmbito da política de coesão territorial de saúde, a inclusão do Hospital D. Luiz I em Peso da Régua, tanto numa lógica territorial como numa lógica de competitividade da região em termos turísticos.

UM TERRITÓRIO EMPREENDEDOR E INOVADOR/QUE VALORIZA O SEU CAPITAL HUMANO

DESAFIOS TERRITORIAIS

O Douro tem de construir um ambiente institucional e económico favorável ao empreendedorismo, à criação de emprego em setores produtivos e à empregabilidade alargada, valorizando o seu capital humano, criando condições para a fixação de jovens qualificados, de modo a contrariar a tendência

de declínio e envelhecimento populacional e reduzindo a excessiva dependência da sua economia do emprego público ou de atividades produtoras de bens e serviços não transacionáveis.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Afirmar o Douro como um Pólo de Inovação e Competitividade, assente numa estratégia de especialização inteligente da base económica regional que valorize ativos e competências territoriais e crie e fixe valor e emprego qualificado.

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Um território empreendedor e inovador

- Desenvolvimento de um Programa de Fomento Florestal que aproveite as potencialidades dos territórios agrários da região e complemente as suas diferentes atividades produtivas.
- Inscrição de vários PROVERE+: Produto Douro / Rota da EN2 / Serra do Marão / Termalismo e outros.
- Promover um melhor aproveitamento do património fundiário do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, vocacionado para a investigação, experimentação e desenvolvimento agrícola, em consonância com o Centro de Excelência da Vinha e do Vinho e com a UTAD e ligação ao Centro de Estudos Vitivinícolas e criar um Centro de Estudos da Produção da Fruta.
- Garantia de renovação no próximo período de programação, de apoios específicos para assegurar a manutenção de sistemas tradicionais de culturas permanentes do Douro Vinhateiro, designadamente para a manutenção dos muros de pedra posta.
- Rede Integrada de espaços de incubação / de *coworking* / aceleradora de empresas.
- Criação do Centro de Excelência Regional em Gastronomia e Vinhos / *hub* de gestão do conhecimento gastronómico e matérias-primas autóctones do Douro
- Criação de um espaço multifuncional para a realização de eventos de projeção nacional e internacional.
- Gabinete de Apoio à Atração de Investimento e de Acolhimento Empresarial (GAAIAE).

- Reforçar o apoio às ADL – Associações de Desenvolvimento Local, cujo papel é determinante no âmbito dos investimentos de proximidade nos respetivos territórios.
- Criação e Lançamento da Rede de Empreendedorismo Jovens Criativos.
- Centro Regional de Inovação e Transferência Tecnológica.
- Criação e desenvolvimento de um Centro Logístico no Douro, que potencie a atividade económica do Douro e da região Norte de Portugal.
- Programa de oferta organizada, com grande enfoque nas áreas de formação para a produção, comercialização e valorização dos produtos partindo da ligação dos estabelecimentos de ensino Universidade do Porto / Universidade do Minho / UTAD.

Um território que valoriza o seu capital humano

- Promoção da pesquisa, inventariação e divulgação do património material e imaterial do Douro, como elemento fundamental de promoção e valorização da identidade e espírito duriense, eventualmente em parceria com os museus e centros interpretativos da área geográfica da CIM Douro.
- Programa de apoio à criação de emprego por conta própria e à criação de empresas.
- Rede para a empregabilidade e o emprego: criação de uma parceria de empresas, escolas, município e organismos da administração central no sentido de potenciar o desenvolvimento de programas avançados de formação e de ligação ao mercado de trabalho.
- Rede de Formação Técnica Qualificada para o sector da Hotelaria e Restauração.
- Desenvolvimento de iniciativas de apoio aos empreendedores na sensibilização, capacitação, networking, acompanhamento e na divulgação/disseminação de boas práticas.
- Escola de Negócios: programas de formação para empresários e gestores.
- Desenvolvimento de programas de aprendizagem ao longo da vida.
- Reforço do empreendedorismo feminino qualificado.
- Reforço do empreendedorismo educacional e familiar: reforçando o programa educativo territorial com a disciplina “empreende inovando”, onde a educação consolida a singularidade, os valores humanos, a criatividade, o protagonismo, a autoestima, a resiliência e a autonomia,

ajudando a combater o insucesso e abandono escolar. Se, no futuro, teremos uma sociedade mais escolarizada, também esperamos que ela seja mais educada, e nesse contexto, que o conhecimento esteja em permanente validação e as tecnologias possam contribuir para disseminar a educação.

O território tem todas as condições para criar uma opção educativa válida em todas as escolas (públicas e privadas) que num novo processo de ensino inovador e empreendedor possa promover as potencialidades “adormecidas” da região.

UM TERRITÓRIO EFICIENTE E SUSTENTÁVEL | INCLUSIVO E SOCIALMENTE COESO

DESAFIOS TERRITORIAIS

O Douro tem de valorizar economicamente os recursos, os ativos e as competências territoriais, promovendo uma especialização inteligente da base económica tradicional, garantindo uma maior e melhor inserção nas fileiras produtivas e nas cadeias de valor e explorando sinergias e complementaridades para desenvolver novas atividades e oportunidades de negócios, fomentando o empreendedorismo, a inovação social e empresarial e o desenvolvimento tecnológico, intensificando as dinâmicas de internacionalização e a competitividade territorial.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Afirmar o Douro como um Território Ambientalmente Sustentável e Socialmente Inclusivo, comprometido com uma utilização eficiente dos recursos, a melhoria contínua da qualidade de vida das populações e o reforço da coesão social.

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Um território eficiente e sustentável

- Promoção de práticas agrícolas amigas do ambiente (exemplo: vinhos e outros produtos agrícolas produzidos em modo de produção biológica).

- Promoção de uma Agenda para a Sustentabilidade Urbana do Douro.
- Plano Local de Ação para as Alterações Climáticas do Douro (PLAAC-D).
- Plano de Auditorias Energéticas dos Edifícios Públicos Municipais do Douro.
- Projeto de Monitorização Ambiental do Douro.
- O ecossistema 'Douro': O Rio Douro, pela sua posição geográfica central ao território da CIM Douro, é mantido nos seus caudais e na qualidade da sua água pelos diversos afluentes. Nesse sentido, uma ação estratégica deverá também contemplar os rios que o circundam e que são transversais a todo o território, perspetivando um olhar diferente para os cursos de água que têm um enorme potencial económico, natural, turístico, desportivo e cultural.
- Promoção da Mobilidade Sustentável e Modos Suaves (Estudo e desenvolvimento de Ecovias).
- Regadios: Num território marcado por uma agricultura de excelência, em franco crescimento e que detém grandes potencialidades económicas e de coesão territorial, a existência de regadios é determinante para a competitividade do setor agrícola. Com a crescente volatilidade climática e o notório decréscimo da pluviosidade, a gestão do recurso água é estratégica para esta imensa região, pois garantirá o aumento da produção e potenciará a valorização dos produtos de exceção de toda a área geográfica da CIM Douro. Os regadios e a sua utilização para a agricultura contribuirão para a criação de riqueza no território, permitirão a modernização e a inovação do setor agrícola.

Nesse sentido, entendemos que o investimento no Regadio de Felgueiras, em Ferreirim (Sernancelhe), e o aumento da capacidade a montante do açude do Távora, na Vila da Ponte, é imprescindível para dar resposta às alterações climáticas e, em simultâneo, no reforço do abastecimento público de água.

É imperiosa, também, a ampliação da rede de regadio de suporte à fileira da maçã, através da construção de três infraestruturas unanimemente consideradas estratégicas e decisivas para que a atividade agrícola seja competitiva e sustentável a sul do Douro. Trata-se dos aproveitamentos hidroagrícolas da Nave e da Boavista (Moimenta da Beira) e a ampliação do de Temilobos (Armamar).

De igual importância para o aproveitamento agrícola e consequente valorização da produção e das empresas é o regadio no planalto de Carrazeda de Ansiães, uma obra estratégica para concelho e para a região.

Um território inclusivo e socialmente coeso

- Promoção de parcerias efetivas entre as inúmeras IPSS que trabalham com os idosos, em interação com a Plataforma Supraconcelhia do Douro da Rede Social, para um melhor aproveitamento das sinergias existentes, criação de escala e melhor articulação, visando um mais eficaz combate à pobreza e isolamento dos idosos e a promoção do seu envelhecimento ativo.
- Promoção do reforço dos meios humanos e materiais nas unidades de saúde da região: no que se refere à Unidade Hospitalar de Lamego deve ser efetuada a aposta numa maior diferenciação técnico-científica e no incremento da articulação ao nível dos cuidados de saúde primários com as estruturas de proximidade existentes nos diversos concelhos do Douro Sul da área da saúde e do apoio a idosos.
- Promoção do empreendedorismo social.
- Criação de estruturas de Formação ao longo da vida e reforço do apoio às já existentes, com programas ajustados à realidade sociocultural da região e à pirâmide etária.

UM TERRITÓRIO QUE CAPACITA AS SUAS INSTITUIÇÕES | DE PARCERIAS E EM REDE

DESAFIOS TERRITORIAIS

O Douro tem de dinamizar as parcerias institucionais e a cooperação territorial, incentivando a cultura e as práticas do trabalho em rede, fomentando a construção de consensos interinstitucionais e intrarregionais alargados que combatam a atomização e a fragmentação institucional, potenciando as lógicas de eficiência coletiva e garantido o aprofundamento e a qualificação da governança territorial.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Afirmar o Douro como um Território em Rede, suportado em parcerias institucionais alargadas e práticas consistentes de cooperação intersectorial que promovam as lógicas de eficiência coletiva e garantam uma adequada governança territorial.

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Um território que capacita as suas instituições

- Modernização dos serviços públicos territoriais.
- Programas de Formação e Qualificação dos Recursos Humanos.
- Modernização e qualificação dos sistemas de informação territorial e de suporte à gestão.
- Capacitação institucional da CIM Douro e dos seus municípios.

Um território de parcerias e em rede

- Criação de parcerias para um melhor aproveitamento das sinergias existentes, abordando de forma integrada os “ativos turísticos” (Alto Douro Vinhateiro, Arte Rupestre do Côa, Siega Verde, Centro Histórico do Porto, Parque Natural do Douro Internacional, Parque Regional do Vale do Tua).
- Programação conjunta de atividades e gestão integrada de equipamentos coletivos.
- Criação e Dinamização de Redes Temáticas e Parcerias Económicas.
- Promoção e Consolidação das Práticas de Cooperação Territorial.
- Promoção da Reflexão Territorial Estratégica e Prospetiva (seminários, *focus groups*).
- Dinamização da cooperação institucional entre as entidades que gerem o rio e os Municípios.



CONCLUSÃO

O exposto é um documento matricial e participativo que contou com o contributo de várias entidades, instituições, municípios e deputados eleitos pela região da CIM Douro.

A especificidade na generalidade do território, e o que se pretende no futuro, está vertida neste documento orientador da década 2020-2030.

Corresponde a uma estratégia global e conjunta que é o somatório das nossas necessidades, pelo que foi desenhada de forma equilibrada e sustentável, contando com a participação alargada de todas as entidades e agentes ativos deste grande território.

O momento temporal atual é determinante para que, em maio, na decisão da União Europeia o Governo possa contar com uma proposta ponderada e estruturada para afirmarmos a região e aproximá-la dos níveis de desenvolvimento que se exigem.

Esta é a estratégia da CIMDOURO para uma década.





